

Informe

informe@ofluminense.com.br

R\$ 1,1 bilhão para segurança dos estados

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, determinou nesta sexta (27), que o governo federal faça a transferência de 50% dos recursos bloqueados do Fundo Nacional de Segurança Pública. O valor estimado é R\$ 1,1 bilhão. Na Toffoli, o ministro atendeu pedido de vários estados, que alegam ter direito ao repasse em função da Lei 13.756/2018, que alterou as regras para gestão do fundo. "Entendo que o modelo constitucional de federalismo cooperativo exige da União a observância das regras de repartição de recursos com as demais entidades políticas nacionais, sob pena de incorrer em infidelidade federativa", argumentou o ministro.



Ministro Dias Toffoli, do STF, atendeu pedido de vários estados

Desocupação fecha em 11,2%

A taxa de desocupação no país fechou o trimestre encerrado em novembro em 11,2%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo, divulgado nesta sexta (27), considera desocupadas as pessoas que estão sem emprego, mas que buscaram efetivamente um trabalho nos 30 dias anteriores à coleta dos dados. O levantamento aponta que 11,9 milhões de pessoas compõem a população desocupada.

Queda de 0,7% no trimestre

Segundo o IBGE, a taxa de desocupação caiu 0,7 ponto percentual no trimestre de junho a agosto, que ficou em 11,8% e foi inferior 0,4 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2018, de 11,6%.

Carteira assinada: 33,4 milhões

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, sem incluir trabalhadores domésticos, chegou a 33,4 milhões, crescimento de 1,1%, ou seja, mais 378 mil pessoas com carteira assinada em relação ao trimestre anterior e 1,6%, mais 516 mil pessoas, ante o mesmo trimestre de 2018.

Juros mais altos no cartão

Os juros do rotativo do cartão de crédito e do cheque especial subiram em novembro, de acordo com dados divulgados na sexta (27) pelo Banco Central (BC). A taxa média do rotativo do cartão de crédito subiu 0,7 ponto percentual em relação a outubro, chegando a 318,3% ao ano. A taxa média é formada com base nos dados de consumidores adimplentes e inadimplentes.

Influência de financeiras

Segundo o chefe adjunto do Departamento de Estatísticas do BC, Renato Baldini, a alta na taxa do rotativo do cartão de crédito ocorreu por influência de financeiras que, mesmo sendo consideradas instituições pequenas, aumentaram tanto os juros que afetaram a taxa média. "Este mês teve aumento muito expressivo de taxas de juros de cartão de crédito de financeiras", explicou.

Ensino integral no fundamental

O Ministério da Educação (MEC) lançará um programa para ampliar o ensino integral. O projeto será levado aos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano. De acordo com a pasta, um projeto-piloto será implementado em 40 escolas que já ofertam ensino integral no ensino médio. O projeto será desenvolvido ao longo de 2020, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A ideia é que o programa seja lançado oficialmente em 2021.

Escola mais atrativa para alunos

A intenção, de acordo com a pasta, é tornar a escola mais atrativa para os estudantes. "Se analisarmos o nosso percurso educacional, vamos verificar que, do 5º ano para o 6º ano do ensino fundamental e do 9º ano para a 1ª série do ensino médio, perdemos muitos estudantes. Seja por abandono ou repetência", disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

Extinta prisão disciplinar para PMs e bombeiros

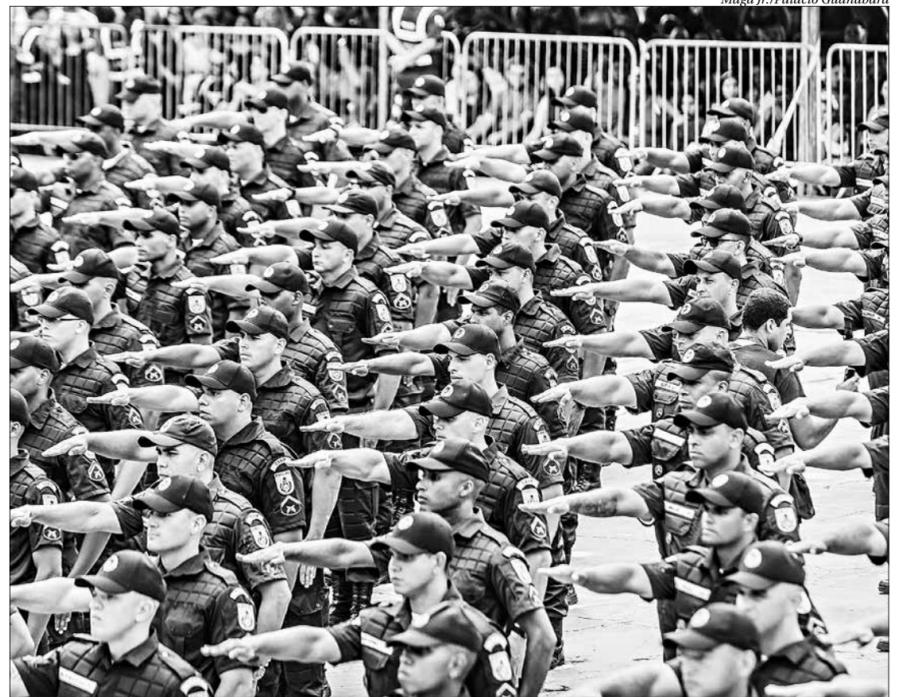
Lei foi sancionada por Bolsonaro. Militares serão regidos por Código de Ética e Disciplina

Foi publicado na sexta-feira (27), no Diário Oficial da União, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 148/2015, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, que extingue a pena de prisão disciplinar para as polícias militares (PM) e os corpos de bombeiros militares dos estados, territórios e do Distrito Federal.

A norma altera o Artigo 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e determina que essas corporações sejam regidas por um Código de Ética e Disciplina, aprovado por lei estadual específica.

"As polícias militares e os corpos de bombeiros militares serão regidos por Código de Ética e Disciplina, aprovado por lei estadual ou federal para o Distrito Federal, específica, que tem por finalidade definir, especificar e classificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem como regulamentar o processo administrativo disciplinar e o funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares".

Ainda de acordo com a lei, nesses casos deverão ser observados princípios como dignidade da pessoa humana, legalidade, presunção de inocência, devido processo legal, contraditório e ampla defesa, razoabilidade e pro-



Magá Jr./Palácio Guanabara

Prisões de policiais militares e bombeiros deverão seguir regras específicas aprovadas por lei estaduais ou federais

Pela norma, estados e o Distrito Federal têm prazo de 12 meses para implementar a nova lei

porcionalidade, vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Pela norma, os estados e o Distrito Federal têm prazo de 12 meses para regulamentar a implementar a lei.

Em nota, o Palácio do Planalto destaca que, segundo os autores da proposta - os deputados federais Subtenente Gonzaga (PDT-MG) e Jorginho Mello (PL-SC) - "a valorização dos policiais e

bombeiros militares passa necessariamente pela atualização dos seus regulamentos disciplinares, à luz da Constituição cidadã de 1988, impondo, por consequência, sua definição em lei estadual específica, com fim da pena de prisão para punições de faltas disciplinares, o devido processo legal, o direito à ampla defesa, ao contraditório e o respeito aos direitos humanos". ■

Contas de luz: bandeira vai continuar amarela em janeiro

Medida foi tomada por causa do baixo nível de armazenamento dos reservatórios

Consumidor terá custo extra de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatts-hora de energia gasta

para indicar se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade.

No caso da bandeira amarela, a indicação é de condição intermediária de geração de energia nas usinas hidrelétricas, por causa do volume de água nos reservatórios. A previsão é de que as chuvas no primeiro mês de 2020 vão elevar gradativamente o nível de água

dos principais reservatórios, mas ainda em patamares abaixo da média histórica.

A situação exige o acionamento das usinas termelétricas, movidas a petróleo e mais onerosas, "com impactos diretos na formação do preço da energia (PLD) e nos custos relacionados ao risco hidrológico (GSF)", assinala a Aneel. Assim a tarifa terá acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido em relação aos preços quando a

bandeira é verde.

Janeiro é mês de verão e apresenta aumento de temperaturas, inclusive no litoral brasileiro - mais procurado no período por causa das férias escolares. O calor da temporada pode elevar o consumo de energia com o aumento do uso de equipamentos como o ar-condicionado.

Para uso desses aparelhos, a Aneel recomenda: "não deixar portas e janelas abertas em ambientes com ar condicionado; manter os filtros limpos; diminuir ao máximo o tempo de utilização do aparelho de ar condicionado; e colocar cortinas nas janelas que recebem sol direto". ■

Dólar fecha a R\$ 4,05%

Em um dia de otimismo no mercado financeiro, a moeda norte-americana fechou em seu menor nível em 52 dias. O dólar comercial encerrou a sexta-feira (27) a R\$ 4,05, com queda de R\$ 0,017 (-0,42%). A moeda está no menor nível desde 5 de novembro, quando era vendida a R\$ 3,993. O dólar acumula queda de 4,5% em dezembro. No mercado de ações, o dia foi marcado pela realização de lucros. Depois de bater recorde e fechar acima dos 117 mil pontos pela primeira vez, o índice Ibovespa, da B3, fechou aos 116.534 pontos, com queda de 0,57% nesta sexta. ■

Gás de cozinha fica 5% mais caro

A partir desta sexta-feira (27), o gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha, fica em média 5% mais caro para as distribuidoras. O reajuste foi confirmado pela Petrobras e se refere ao preço à vista e sem tributos. O preço final ao consumidor depende do repasse feito pelas distribuidoras.

Na quinta-feira, a estatal anunciou que renovou o contrato com 12 distribuidoras estaduais a partir de janeiro, "com base em uma nova fórmula de preço da molécula de gás indexada ao preço do petróleo". São elas GásBrasiliense, São Paulo Sul, Comgás (parcialmente), BR Espírito Santo,

Preço final ao consumidor depende do repasse feito pelas distribuidoras

Gasmig, CEG, CEG-RIO, Algás, Bahiagás, Sergás, Potigás e Pbgás.

Com isso, a Petrobras estima que o preço do produto possa ter uma redução média imediata de 10% em relação aos contratos anteriores, considerando o preço do petróleo na faixa de US\$ 60/bbl. ■

Militares venezuelanos

Os ministérios da Defesa e das Relações Exteriores informaram nesta sexta (27) que cinco militares venezuelanos desarmados foram localizados na região da terra indígena de São Marcos, nordeste de Roraima, durante missão de reconhecimento e patrulhamento nas áreas de fronteira. O grupo foi conduzido a Boa Vista onde está sendo entrevistado. O governo não informou se os venezuelanos são desertores do Exército daquele país e tentavam entrar clandestinamente no Brasil. O Ministério da Defesa não informou quando eles serão liberados. ■